

## OS LUSIADAS, A MENSAGEM E AS COMEMORAÇÕES CAMONIANAS

por

ANTÓNIO M. B. MACHADO PIRES

Devemos ao amável convite da Câmara da Vila do Nordeste para uma conferência, aquando do centenário camoniano, o pretexto para a elaboração deste trabalho. Não sendo especialistas do período camoniano, quisemos então aproveitar a oportunidade para ordenar uma breve contribuição ao estudo comparativo d'*Os Lusíadas* e da *Mensagem*, no que toca ao carácter épico e à exploração do plano mítico. Nesta aproximação se cruzam os grandes problemas do *ser português*, do pensar a história e o modo de ser, a fatalidade e o destino histórico, a grandeza e a decadência, enfim, o Pasado, o Presente e o Futuro. Nesses planos, tanto *Os Lusíadas* como a *Mensagem* oferecem larga matéria de reflexão e um pendor para insinuar um juízo sobre o *ser-se português*.

Certos vultos, como Camões, polarizam as tendências de afirmação universal dos povos, dão-lhes coesão, firmeza, dignidade história; não é possível atentar facilmente contra uma cultura e uma nação que têm a expressão épica d'*Os Lusíadas*: *Cogitat, ergo est*, «uma nação existe porque pensa» como escreveu Fradique ... Lembremos que no século passado as comemorações pretendiam ser uma grandiosa manifestação nacional, cívica e patriótica. Reagiam ao sentimento geral de decadência que tão fundamente marcou a geração de 70 e que nos anos 80

ameaçava acentuar-se em índices concretos do *deficit*, da corrupção política, das rodavivas partidárias rotativistas. As glórias camonianas estavam acima dos partidos; polarizavam um nobre sentimento da Pátria, pois projectam-se universalmente. Mas polarizaram também os sentimentos republicanos, que encontraram nelas uma válvula de escape. Em 1876 fundara-se o Centro Republicano Democrático; em 1878/79 apareceram candidaturas republicanas: Teófilo Braga, Manuel de Arriaga (dois açorianos de origem), Latino Coelho, Teixeira Bastos (um positivista como Teófilo), Rodrigues de Freitas. A actividade dos centros e clubes republicanos intensifica-se (lembre-se o cap. VI d' *A Capital*, de Eça, que nos dá a imagem satírica dos arrebatamentos, dos interesses venais, das inépcias e ingenuidades burguesas de uma reunião num clube republicano ...).

Em Janeiro de 1880 Teófilo Braga insistiria, numa série de artigos de jornal (*Comércio de Portugal*), na necessidade das comemorações, que operariam a revivescência nacional naquele período de crise. Para além dos pormenores do referido programa e das suas fundamentações eruditas (que não faltariam ao eminente professor), salienta-se o brio patriótico, a compreensão mais geral das celebrações.

Latino Coelho, na sessão solene da Academia das Ciências de Lisboa (9 de Junho de 1880), faz o *Panegírico de Luís de Camões*, sublinhando o exemplo patriótico da sua obra e a força moral que ele inspira no futuro de um povo:

«Os Lusíadas são a estátua da nação, cinzelada pelo escopro do maior engenho português. Glorifiquemos, pois, cada vez mais a epopeia e o cantor. Veneremos com ele o nosso passado glorioso. [...] volvamos o sentimento nacional aos tempos que já foram, e o espírito moderno às eras do porvir: ao passado, para que dele possamos aprender o amor da Pátria, a tenaz perseverança nas empresas mais difíceis; ao futuro, para que honrado o poeta nas suas mais largas e violentas aspirações, possamos completar as nossas glórias pelo caminho que a fortuna nos consente e nos deixou. Fizemos a epopeia sublime,

traduzida pelo Camões na divina linguagem do seu estro. Façamos hoje a epopeia mais modesta, da ciência e do trabalho»<sup>1</sup>.

Latino Coelho, estava, assim, a inserir as comemorações numa intenção nacional de *revivescência*, de anti-decadência e anti-desmobilização dos espíritos. De resto, os versos de Camões não são meramente laudatórios e descritivos; contêm um apelo, sublinham uma lição, valorizam o risco corrido pelos portugueses, justificam pela dor e pela experiência o prémio alcançado. Propõem-se cantar os feitos e sublinhar os exemplos. O outro valor que «mais alto se alevanta» [I 3] é dirigido a «gente surda e endurecida», [X, 145], que teima em não o compreender ...

A «austera, apagada e vil tristeza» foi tomada por Antero, de resto, como o sinal histórico do início da decadência. O poeta das *Odes Modernas* escreverá, a propósito d'*Os Lusíadas* e do Centenário em 1880:

«Há nações para as quais a epopeia é ao mesmo tempo o epitáfio»<sup>2</sup>.

Há, de facto, n'*Os Lusíadas*, um sentimento, melhor, um presságio de decadência. A voz do poeta não se ergue para cantar abstractamente a história de Portugal e os feitos do povo português; fá-lo num contexto, numa vinculação histórica determinada, veiculando pedagogicamente os factos narrados, dedicando a D. Sebastião ainda criança o seu canto: «Vós, tenro e novo ramo florescente / De uma árvore ...» [I, 7], «Inclinai por um pouco a magestade, / Que nesse tenro gesto vos contemplo,» [I, 9] — são versos que provam a pouca idade de D. Sebastião quando o poeta inicia o poema. D. Sebastião

---

<sup>1</sup> Opúsculo com o título cit., Lisboa, 1880, pp. 19-20. Sobre Teófilo, o centenário camoniano e os projectos das celebrações veja-se o artigo de Alexandre Cabral, «Comemorações Camoneanas de 1880», in *Notas oitocentistas*, Lisboa, Plátano Editora, 1973.

<sup>2</sup> Antero, *Prosas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, tomo II, «No Tricentenário de Camões», p. 309.

nascera em 1554 num contexto de perplexidade nacional (O De-sejado), morrendo o pai antes do nascimento, o que foi logo envolvido em presságios. A regência de D. Catarina, a infância do futuro rei, o seu comportamento autoritário e caprichoso, os seus estigmas de doenças hereditárias (veja-se a esse respeito o notável estudo de Queirós Veloso sobre D. Sebastião, de 1935), fazem do reinado deste rei (começado aos 14 anos! ...) um período de dúvidas, ansiedades, manobras palacianas, de crise, enfim, consumada no desastre de Alcácer Quibir em 4 de Agosto de 1578.

Pensam alguns que não pouco teriam contribuído os versos camonianos

«E vós, ó bem nascida segurança  
Da lusitana antiga liberdade  
[...]  
Vós, ó novo temor da maura lança,  
Maravilha fatal da nossa idade,  
(Dada ao mundo por Deus) que todo mande,  
Para do mundo a Deus dar parte grande;  
[...]  
«Vós, que esperamos jugo e vitupério  
Do torpe Ismaelita cavaleiro [...]»

para incitar o jovem ambicioso e visionário monarca à empresa fatal, deixando o país sem querer casar, «buscando a noiva em som de guerra», como dirá Miguel Torga, i. é, buscando merecer a noiva após o ideal combate de Cruzada. N'Os *Lusíadas* apela-se para a continuação da glória cristã e nacional, mas não se explicita quando e onde. Foram as visionárias ambições do jovem rei que determinaram o lugar e a hora <sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ramalho afirmava que D. Sebastião, ao sonhar ser redentor da pátria abatida, «era naturalmente simpático ao carácter de Camões» (*Quatro Grandes Figuras Literárias*, Lisboa, 3.ª edição, p. 95). Reserva feita, segundo António Sérgio (*Camões e D. Sebastião*, Paris-Lisboa, 1925, p. 32) para o facto de que o épico pensava *apenas* na defesa geral da Cristandade, «sem preferência de qualquer lugar e sem ida pessoal de sua

Camões, portanto, estava inserido no seu tempo, sentia a necessidade de um poema que traduzisse, à moda clássica, a glória de um povo, mas enraizando a obra no seu contexto histórico, de «austera, apagada e vil tristeza», que o rei deveria redimir e restaurar à antiga grandeza.

Assim, da leitura global do poema ressalta uma antinomia grandeza/decadência, um contrapor a história gloriosa à decadência, o passado ao presente de «austera, apagada e vil tristeza». Do mesmo modo, na *Mensagem* (que Fernando Pessoa, como é sabido, pensou em intitular *epicamente* «Portugal» ...), há uma antinomia passado / presente, grandeza / declínio, «Mar Português» / «Nevoeiro», heroísmo pretérito contraposto à hora presente (que é de apelo: «É a hora! *Valete, fratres*»). A 2.<sup>a</sup> parte da *Mensagem*, «Mar Português», contendo a apologia do Infante (por antonomásia, o Infante D. Henrique) e a «sacralização» do «Mar salgado/mar português», é marcadamente épica e representa a sobrevivência do género épico nos nossos dias (não esquecer que Fidelino de Figueiredo aponta a frequência do gosto épico como 3.<sup>a</sup> característica da Literatura Portuguesa) <sup>1</sup>.

Mas é, em primeiro lugar, no que toca ao preço do prémio, à glória alcançada pelo esforço e pela dor, que se devem comparar *Os Lusíadas* e a *Mensagem*. Isto é: ambos contêm uma teoria do heroísmo. «As cousas árduas e lustrosas / Se alcançam com trabalho e com fadiga» — lê-se no canto IV, estância 78. Os heróis que Camões canta conquistaram o alto valor por mérito próprio. Eles tiveram de suportar a incerteza, a expectativa, o mau tempo, o escorbuto, enfim, a dor. O caminho do heroísmo é caminho de sofrimento. Mesmo quando são premia-

---

alteza». Resta acrescentar que o opúsculo de Sérgio foi violentamente atacado por Manuel Múrias (*A Política de África de El Rei D. Sebastião*, Lisboa, 1925, «Luís de Camões e D. Sebastião», pp. 63 a 71).

<sup>1</sup> Fidelino de Figueiredo, *Características da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.

dos com a Ilha dos Amores, quando é revelada ao Gama a «máquina do mundo», é preciso *primeiro* subir um «monte espesso», atravessar «um mato / Árduo, difícil, duro a humano trato». (Canto X, 76). Assim, Tétis explica ao Gama a «máquina do mundo», em mercê do povo que, pelo seu valor, supera a vã ciência dos «errados e míseros mortais».

Também, na *Mensagem*, «quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor»<sup>5</sup>. Deus deu o abismo e a dor ao mar com valor de provações, de condições da glória, pois nele «espelhou o céu». Sendo o Mar (sagrado pela dor um mar *português*), um elemento fundamental da cultura portuguesa, consubstanciando glória e dor, epopeia e história trágico-marítima.

Enquanto, porém, n'*Os Lusíadas*, o sofrimento é colectivo e generalizado ao povo que o suporta corajosamente, na *Mensagem*, o sofrimento colectivo inculcado pela matéria épica do poema regressa ao plano interior individual; sofre, por assim dizer, uma generalização no sentido do universal e do lírico. Deus deu o todo o ser humano a dor como condição de redenção e de preço para maior glória. Aqui, porém, ainda é um Deus cristão: noutra poesia já se perde o sentido cristão dessa teoria da glória, pois «os deuses [apenas] vendem quando dão [quando parecem dar!] / Compra-se a glória com desgraça». De resto, note-se, os deuses de Camões governam os homens («governo da humana gente», I, 20); os «deuses» de Pessoa são herméticos e misteriosos, não fazem concílios, não são «carnais», não dialogam.

Outro ponto de confronto é o tratamento das figuras da história de Portugal. As estrofes d'*Os Lusíadas* narram figuras e factos históricos. Os versos da *Mensagem* voltam em mito as figuras históricas — «carne da História sublimada na auréola do Mito», escreveu David Fourão Ferreira<sup>6</sup>. Ou mesmo, pode-

<sup>5</sup> O sublinhado é nosso.

<sup>6</sup> Pref. a *Mensagem*, Lisboa, Ática, 1963.

mos acrescentar, levam as figuras históricas a tornarem-se abstractas, simbólicas, espectrais <sup>7</sup>.

Desde logo a geografia de Portugal: n'Os *Lusíadas*

«Eis aqui, quase cume da cabeça  
De Europa toda, o Reino lusitano,  
Onde a terra se acaba e o mar começa ...»

(C. III, 20).

A geografia da *Mensagem* torna-se mítica, esfíngica e simbólica. É um país simbólico, abstraizando os dados geográficos em valores históricos, em sibilinas insinuações de destino colectivo e missão. A Europa, antropomorfizada, mas com «olhar esfíngico e fatal», fita o Ocidente: o rosto com que fita é Portugal. E, note-se, o Ocidente que Portugal fita, é «futuro do passado», i. é, o caminho que levará Portugal a cumprir a missão histórica que continua o passado. Povo com missão a cumprir, dignamente émulo dos seus antepassados europeus ...

O Conde D. Henrique, que em *Camões* não é privilegiado senão com duas estrofes de mera referência histórica, é, em Fernando Pessoa, exaltado com pai-agente-histórico, em quem pulsa uma força inconsciente. Ele é o *pai* histórico e mítico, sendo também, pelo acto histórico criador da nação, epicamente celebrado:

[...] «A espada em tuas mãos achada  
Teu olhar desce.  
«Que farei eu com esta espada?»  
Ergueste-a, e fez-se.»

O Conde D. Henrique é herói *inconsciente*, na medida em que não recusa a si próprio a força que o impele, mesmo sem

---

<sup>7</sup> «[...] a redução a um pensamento que descarna, spectraliza as personagens da História nacional.» Jacinto do Prado Coelho, «*D'Os Lusíadas à Mensagem*», in *Actas do 1.º Congresso de Estudos Pessoaanos*, Porto, Brasília Editora, 1979, p. 311.

a compreender. Ele foi agente de uma força e a espada símbolo dela.

Já D. Afonso Henriques merece a Camões um maior número de estrofes (C. III, 28 sgs. a 84), referindo-se o episódio de Egas Moniz e a batalha de Ourique, a «grã vitória» (C. III, 55). Aqui também está acentuado o aspecto histórico — a narração dos factos, a sucessão cronológica. Mas na *Mensagem* — em que o mito é o nada que é tudo — Afonso Henriques é *pai*, é origem da *força*, é *exemplo* e *bênção*. A sua espada é símbolo e gera energia mítica, força para a vigília agora nossa contra a nossa actual decadência:

«Pai ... [...]  
Hoje a vigília é nossa.  
Dá-nos o exemplo inteiro  
E a tua inteira força!

[...]  
A bênção como espada,  
A espada como bênção!»

A espada — como a do Rei Artur, «Excalibur», como a de Rolando, «Durendal», — aqui não nomeada, mas ela, como também a de Nun'Álvares, símbolos da força de redenção patriótica ... da «luz que ilumina a estrada» (poema «Nun'Álvares Pereira»). O apelo a Nun'Álvares lembra, de resto, a *Pátria* de Junqueiro.

D Dinis merece a Camões três estrofes (C. III, 96, 97, 98), que descrevem o seu reinado de reformas jurídicas, letras e povoamentos. Reinado sem rasgos espectaculares, sereno e firme na consolidação nacional.

«Eis depois vem Dinis, que bem parece  
Do bravo Afonso estirpe nobre e dina,  
Com quem a fama grande se escurece  
Da liberalidade Alexandrina.  
Com este o reino próspero florece  
(Alcançada já a paz áurea divina)  
Em constituições, leis e costumes,  
Na terra já tranquila claros lumes.

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se  
O valeroso ofício de Minerva;  
E de Helicon a musas fez passar-se  
A pisar de Mondego a fértil erva.  
Quanto pode de Atenas desejar-se  
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva.  
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,  
Do bácaro e do sempre verde louro.

Nobres vilas de novo edificou,  
Fortalezas, castelos mui seguros,  
E quase o reino todo reformou  
Com edificios grandes e altos muros;  
Mas depois que a dura Atropos cortou  
O fio de seus dias já maduros,  
Ficou-lhe o filho, pouco obediente,  
Quarto Afonso, mas forte e excelente.»

(C. III, 96, 97, 98).

Vejamos agora D. Dinis na *Mensagem*:

«Na noite escreve um seu Cantar de Amigo  
O plantador de naus a haver,  
E ouve um silêncio múrmuro consigo:  
É o rumor dos pinhais que, como um trigo  
De Império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,  
Busca o oceano por achar;  
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,  
É o som presente desse mar futuro,  
É a voz da terra ansiando pelo mar.»

«D. Dinis» é, a nosso ver, um dos mais belos poemas da *Mensagem*, quer pelo aproveitamento de sentido, quer ainda pela exploração sugestiva dos significantes (as vogais labiovelares fechadas «u» em *múrmuro*, *rumor*, *ondulam*, *marulho*, *obscuro*, *futuro*; ou ainda as sibilantes em *silêncio*, *consigo*, *sem se*, *oceano*, *ansiando*). Estamos perante um conjunto harmónico de versos que, numa condensação verbal lapidar, combinam as potencialidades de significado e significante. D. Dinis

é poeta, é o criador das condições para as navegações, e surge num contexto verbal que enquadra esses sentidos: consubstanciando matéria épica e matéria lírica, jogando com o tempo histórico de futuro adivinhado. O rei é poeta (escreve o seu *Cantar de Amigo...*), mas é também intérprete e visionador de um futuro que há-de ser brilhante, é «o plantador de naus a haver» (i. é, nas matas e pinhais «plantou» a futura madeira das caravelas; note-se que *plantar* aqui está usado metaforicamente, pois o que ele plantou não foram as árvores, mas sim as naus). Portugal imperial *a haver* está para lá das realidades tangíveis, *ondula invisível*, como um mito futuro que se tornará real e voltará a ser mito de novo enquanto força patriótica e exaltação épica. Em vez do histórico concreto, é o mítico, o inconsciente, o mundo das forças primeiras e impalpáveis que ali se refere:

o som presente      do mar futuro  
a voz da terra      ansiando pelo mar

A prolepse está, pois, ao serviço de um ideal épico *sui-generis*, em que o passado já foi futuro de outro passado (tal como no verso «O Ocidente, futuro do passado»).

A força épica da *Mensagem* não resulta da narração de factos heróicos nem do confronto com émulos da Antiguidade; radica-se nas fundas pulsões do inconsciente colectivo e nas predestinações de um Destino histórico. Não aponta para o Passado, como Camões; aponta para o Futuro, que é promessa, expectativa messiânica, visãoação, espírito da História a cumprir-se. Em Camões, canta-se o *Portugal-que-foi*, na *Mensagem* o *Portugal-a-haver*. N'Os *Lusíadas*, os deuses olímpicos regem os acidentes e as peripécias do real quotidiano; em Fernando Pessoa os deuses são superados pelo Destino, que é força abstracta, inexorável, que está no longe do mar como perto do herói que ainda se desconhece («que ânsia distante perto chora?»).

Camões, por outro lado, objectiva as navegações, nomeia as terras, os povos, os portos e seus itinerários; Fernando Pessoa abstrai das viagens, dos padrões e dos mares a grande significação do navegar enquanto acto de esforço físico e enquanto metáfora do espírito rumo ao plano do ideal. Assim, a matéria da *Mensagem* não é histórica, factual, objectivável; não fala dos acontecimentos e dos lugares, mas de uma essência de Portugal e de uma missão a cumprir-se (como se lê em «O Infante»: «Senhor, falta cumprir-se Portugal!»). Os heróis são símbolos de atitudes, as figuras históricas que eles *outrora* encarnam são *apenas* «obscuro e carnal anterremedo» do que virão a ser no Portugal visionado. São espectros históricos, mas também almas do Futuro Portugal, dando simbolicamente os sentidos desse devir.

Mas o caso mais típico do espírito épico em Camões / Fernando Pessoa é o confronto do tratamento da figura do Infante D. Henrique. Camões fala do «generoso Henrique»<sup>3</sup>, que novas ilhas e novos ares descobriu; mas pouco relevo lhe dá. Ao contrário, Pessoa fez do Infante a figura mais importante (ou uma das mais importantes) da parte mais marcadamente épica da *Mensagem*: «Mar Português». O primeiro poema desta parte é justamente intitulado «O Infante». Não se diz *qual*, pois o *infante*, por excelência, o infante, por antonomásia, é o Infante D. Henrique. E não importa que pouco se saiba, de facto, sobre a sua vida e obra, apesar da apologia que lhe fizera Zurara. O que interessa a Pessoa é que o Infante é agente sacralizado de uma missão de descobrir o Mundo, de estreitar os laços entre os continentes e de criar um *mar português*:

«Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.  
[...]  
Sagrou-te e foste desvendando a espuma,  
E a orla branca foi de ilha em continente,  
Clareou, correndo até ao fim do mundo.  
[...].»

<sup>3</sup> Generoso: que tem *genus* (genealogia, nobreza) — (C. V, 4).

Neste poema não se fala da pessoa do Infante, mas sim do significado da sua obra.

Outro poema há, na 1.<sup>a</sup> parte da obra, intitulado então «O Infante D. Henrique» — e aí, também, o Infante, é imperador do mundo: «O único imperador que tem, deveras / O globo mundo em sua mão».

Predominantemente épicos (embora com atitude lírica essencial, que não cabe no âmbito deste trabalho desenvolver), são os poemas «O Mostrengo» e «Mar Português», nos quais dominam a vitória sobre o Medo e sobre a Dor (condições para alcançar a glória, como já vimos). Em «Mar Português» (sem esquecer que, na obra, *mar* é uma presença importante, provocadora de associações: «As Ilhas Afortunadas», «A Última Nau», etc.), o mar é um símbolo do *ser-se português*, outrora, como no futuro; outrora, porque foi no mar que se realizou a provação que conduziu à glória, no futuro porque ele ficou sagrado português, ele fornecerá o elemento simbólico para todo o navegar, para toda a busca, ele será símbolo e emblema<sup>9</sup>. Em «Padrão», as três primeiras estrofes são a parte épica (valorização do esforço, da «obra ousada», louvor do «mar sem fim» que é português); mas a última estrofe é já a interiorização das matéria épica e a aspiração do poeta é já, liricamente, a de compreender que a *sua* «febre a navegar» no seu íntimo só em Deus, agostinianamente, encontrará o repouso. Portos do atlas no fim das navegações ousadas, mas o porto de Deus no final da agónica rota da existência do poeta ... Enfeixe isotópico, portanto, que reúne as viagens dos portugueses e a viagem existencial do poeta.

---

<sup>9</sup> «O fundo sentido cristão da força redentora do sofrimento [...] virá assim inseparável do mar» — escreve Dalila Pereira da Costa («O Mar Português», in *Actas do 1.º Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*, Porto, 1979, p. 205) que vê no mar o elemento simbólico permanente da aventura passada e da futura, esta espiritual a redentora, comparando a *Mensagem* com um último poema de Pessoa, de 9 de Junho de 1935.

De resto, em todo o poema há a convicção de que Deus é o último porto e de que a «febre de Além» (poema «D. Fernando») é, em si mesma, a força superadora da existência terrena. O acto de existir só vale enquanto torturado pela inquietação («Ai dos felizes, porque são / Só o que passa!», poema «O das Quinas»; «ter é tardar», *ibid.*, «Triste de quem vive em casa», em «O Quinto Império», etc.), o verdadeiro triunfo é o do ideal, o da inteligência, o da esperança, o do ser para a Distância. É por isso que «não importa o areal e a morte e a desventura»,

«É O que eu me sonhei que eterno dura,  
É Esse que regressarei.»

(Poema «D. Sebastião»).

O D. Sebastião mítico — a aspiração que ele simboliza — é que esperamos regressar. D. Sebastião surge duas vezes na *Mensagem*: uma, na 1.<sup>a</sup> parte, é a quinta quina e intitula-se «D. Sebastião, Rei de Portugal»:

«Louco, sim, louco, porque quis grandeza  
Qual a Sorte a não dá.  
Não coube em mim minha certeza;  
Por isso onde o areal está  
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem  
Com o que nela ia.  
Sem a loucura que é o homem  
Mais que a besta sadia,  
Cadáver adiado que procria?»

«... onde o areal está» — i. é, em Alcácer, lugar histórico, ficou apenas o D. Sebastião histórico, o «ser que houve», a circunstância histórica da derrota; «não o que há» — pois o D. Sebastião mítico, o que ele encerra de lição ou loucura do ideal, esse é o exemplo: «Minha loucura, outros que me a tomem», i. é, que aproveitem a lição do ideal para toda a Nação ...

É, pois, esse que regressará; e, então, na terceira parte da *Mensagem*, no poema agora só intitulado «D. Sebastião» (não já o rei de Portugal, mas o ideal que representa, a essência pura, desprendida da carnalidade), vemos como se faz a apologia da *loucura*, o dizer que os acidentes da vida humana transitória, o «areal e a hora adversa», o «intervalo» pouco importam — se a alma está imersa em sonhos que depuram da carnalidade e do quotidiano: lição para cada um, lição para um Povo inteiro? Assim o lírico se volve épico, a epicidade sebástica tem a outra face lírica que lhe está na raiz. D. Sebastião é pretexto épico, é radicalmente lírico, sendo também figura mítica e patriótica. Faz-se, assim, o elogio da «loucura» sebástica como símbolo da «loucura» criadora; é, simultaneamente, a lição de D. Sebastião (no plano do idealismo necessário à Pátria a criar) e o exemplo do preço trágico da glória. Loucura que, porém, não é só do artista, do herói, do pensador, mas que é condição necessária de superação do quotidiano, de «todos aqueles que tentam realizar um grande projecto, desprezando o conforto de uma vida cómoda»<sup>10</sup>. Lição para cada homem, mas lição, também, para cada português, na hora de «nevoeiro» que então se vivia ... E que termina, justamente, pelo apelo final — «É a hora!»

Este aspecto da crítica a um tempo de decadência permite novo confronto entre os dois poemas. O do século XVI dirige-se a uma sociedade em declínio, à qual as proezas do «peito ilustre lusitano» podem servir de exemplo a revitalização; o do século XX obedece a um plano de apologia do espírito da Pátria, de certo modo de raiz junqueiriana. O que num é a «austera, apagada e vil tristeza», no outro é o «nevoeiro», o «fulgor baço

---

<sup>10</sup> Georg Rudolf Lind, «Fernando Pessoa e a loucura», in *Actas do 1.º Congresso de Estudos Pessoaanos*, Porto, 1979, p. 291. Ou, como escreve Jacinto do Prado Coelho, «essa loucura de sinal positivo sem a qual o homem não passa de «besta sadia», essa loucura que nos salva da «metade de nada» em que viver é morrer». *Ibid.*, pp. 314-15.

da terra / Que é Portugal a entristecer». Mas esse estado caótico, esse estado de «nem rei nem lei, nem paz nem guerra» é condição negativa necessária para se estar na ante-véspera do Messias, do D. Sebastião (para cuja chegada já vem vindo o nevoeiro que o deve preceder ...). Aqui, porém, mais uma vez se insinua no colectivo um sentimento radicalmente pessoano individual. Os versos «Ninguém sabe que coisa quer. / Ninguém conhece que alma tem» confrontam com o que Pessoa diz de si próprio: «Não sei quem sou, que alma tenho»<sup>11</sup>, aproximando bem mais do que se podia pensar a *Mensagem* dos heterónimos.

Outro aspecto importante para a caracterização da *Mensagem* é o sentido messiânico e cabalístico. A 3.ª parte intitula-se «O Encoberto» e compreende uma sub-divisão:

Os Símbolos  
Os Avisos  
Os Tempos

Verifiquemos como mais uma vez o poema se radica numa atitude lírica essencial, como Pessoa se insinua directamente: o 1.º aviso é o Bandarra (o conhecido profeta de Trancoso, aliás anterior ao próprio nascimento de D. Sebastião); o 2.º aviso é o P.º António Vieira (que se ocupou da interpretação de Bandarra e escreveu a *História do Futuro*); mas o 3.º aviso *não tem título*, e o poema começa por dizer «Screvo meu livro à beira-mágoa» e termina pelo apelo ao mito do Encoberto que o deverá vir habitar — «Quando, meu Sonho e meu Senhor?»<sup>12</sup>.

Assim, e após ter «cantado» épico-liricamente Ulisses (o fundador mítico), Viriato (seiva e reminiscência), o Conde D. Hen-

<sup>11</sup> *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Ed. Ática, 1966, p. 93.

<sup>12</sup> Em *meu livro, meu* é «as personal as the first line of the poem suggests», conclui W. Roberts, em «The Figure of King Sebastian in Fernando Pessoa», in *Hispanic Review*, n.º 4, Outubro de 1966.

rique (agente involuntário), Afonso Henriques (o pai histórico e a espada mítica), enfim, D. João I, Dona Filipa, D. Duarte, D. Fernando (consumido pela «febre de Além» ...), D. Pedro, D. João, D. Sebastião, Num'Álvares (e a sua espada simbólico-mítica), D. Henrique (o imperador do mundo e a ciência náutica), D. João II (que fita «além do mar» — o que faz Gilberto de Mello Kujavsky dizer que na *Mensagem* o português é um ser-para-o-mar), depois ainda de ter celebrado o *mar português* (o expansionismo ecuménico, a vitória sobre o medo, o esforço da busca, a glória alcançada pela dor, a inquietação permanente), aponta já, nos poemas «A última Nau» e «Prece», para o anúncio da *hora*, para a crença mítica no D. Sebastião aportado a ilha desconhecida, *indescoberta*, pronta para ser sempre buscada ...

Deus, portanto, reserva para Portugal ainda mais alguma coisa, mesmo que «a noite tenha vindo e que a alma seja vil»: a 3.<sup>a</sup> parte da *Mensagem* é *O Encoberto* e a sua divisa é *Pax in Excelsis*. Paz não terrena, mas do espírito, que leva o Homem (e um Povo? ...) além de si mesmo, ao V Império de libertação do carnal e do quotidiano, onde o «erguer de asa» (poema «O Quinto Império»), «a visão que alma tem» realizam finalmente todas as aspirações do mito português do Encoberto: «Quem vem viver a verdade / Que morreu D. Sebastião?» Agora a linguagem abstraizante, aurida em campos de significação religiosa e mítica, prevalece: «alma penitente», «suprema prova», «Eucaristia Nova», «gládio ungido», «Excalibur do Fim», etc. As interrogações e as exclamações intensificam-se (vejam-se os poemas «O Desejado» e os dois seguintes); agora não se trata tanto de celebrar o passado como de criar o mistério, cultivar a ancestral expectativa messiânica, a força do mito, nada que é tudo: «Onde quer que jazas (...) / ... ergue-te do fundo de não seres / Para o teu novo fado!»

A nova Pátria, o Portugal visionado, o da 3.<sup>a</sup> parte da *Mensagem*, o da divisa «Pax in Excelsis», é o V Império da vitória universal do espírito e da eterna aspiração, é a mística certeza *do vir a ser* pela lição do *ter sido*. É Portugal-espírito,

Portugal ente de cultura, esperança tanto mais forte quanto a hora de decadência a estimula; nevoeiro que não é mais que condição negativa necessária para surgir o Salvador.

Poderemos dizer que se *Os Lusíadas* são a mensagem do Passado, a *Mensagem é Os Lusíadas* do Futuro; ambos representam as duas faces espirituais do Portugal criado e do Portugal criador, do acto histórico e do pensamento do Devir. A celebração, enfim, de que valeu o que se fez pelo ideal que criou e este vale como eterna busca. Em confronto, um Império do Mundo e um [V] Império do espírito, a apologia do Ideal e da sua rota expectante e messiânica — ao ponto de Agostinho da Silva<sup>13</sup> chegar a pôr o problema da superioridade da *Mensagem* em relação aos *Lusíadas*, embora logo explicita que o não é, por lhe faltar «a espantosa e eloquente vitalidade de Camões, daquela ígnea personalidade que em si ardendo destruíra todos os círculos limitadores que ele próprio ou os outros tentavam traçar à sua volta ...».

Camões e Fernando Pessoa — dois cantores da Pátria, cada um à sua maneira construtores de epopeias e de marcos da cultura nacional. Ambos inseridos na sua época, embora delas dando reflexos muito diferentemente modalizados. Um, às portas da perda da independência; outro refugiado na pátria dos mitos numa hora de «nevoeiro» nacional; um falando de Ulisses e da Ulisseia (C. II, 45; III, 57; IV, 84) que de mitológica se torna a Lisboa capital do reino, o outro teorizando o reino do espírito no mito — nada que é tudo<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Agostinho da Silva, *Um Fernando Pessoa*, Lisboa, Guimarães Editores, s/d [1958], «Mensagem Um», p. 16.

<sup>14</sup> (Poema «Ulisses»): «O verso mediano do poema concretiza e transpõe em termos verbais o oxímoro nominal do verso inicial: o herói que não existiu, e não foi assim mais do que um *nada* ao nível histórico, satisfaz-nos plenamente e portanto foi um *tudo* ao nível sobrenatural.» Roman Jakobson, «Os oxímoros dialécticos de Fernando Pessoa», in *Linguística e Literatura*, col. Signos, Lisboa, 1968, p. 33. Como se sabe Pessoa considerava-se acima de tudo um criador de mitos, o mistério mais alto que

Camões invoca uma mitologia já dada; Pessoa faz uma mitologia com a própria História nacional. *Os Lusíadas* e a *Mensagem* são, cada um a seu modo, um bom pretexto para o que hoje se chama repensar a história e o ser-se uma entidade colectiva.

---

alguém pode empreender, ou, se lembrarmos ainda Jakobson a propósito da relação de «Ulisses» com os heterónimos, «a primazia e a vitalidade do mito em relação à realidade» (Id., p. 27).